



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

Título: Audiência Pública	
Local: Auditório da Câmara Municipal de Rio Quente	Data/hora: 14/08/2023, das 09h às 12h
I. Relação dos presentes	
<p>Ana Paula Lima de Oliveira Machado - Prefeita do Município de Rio Quente; Wellington Antônio de Souza - Presidente da Câmara de Vereadores; Andrey Severino Ferreira da Silva - Secretário de Meio Ambiente do Município de Rio Quente; Mariana Lima Moura - Superintendente de Unidades de Conservação, Biodiversidade e Regularização Ambiental; Caio César Neves Souza - Gerente de Implantação e Manejo de Unidades de Conservação; Eric Rezende Kolailat - Gerente de Criação, Regularização Fundiária e Suporte à Gestão de Unidades de Conservação; Maurício Tambellini - Chefe do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas; Diego Soares - Presidente da Goiás Parcerias; Robson Oliveira - Chefe do Departamento de Estruturação de Projetos do BNDES; Letícia Magno Ribeiro - Gerente de Estruturação de Projetos do BNDES; Felipe Viana - Gerente Jurídico de Estruturação de Projetos do BNDES; Nelson Scheffer - Secretário de Educação de Rio Quente; Romério Marrom Machado Silva - Secretário de Turismo de Rio Quente; Théo Mariano Martins de Almeida - Mestre de Cerimônia e grande público, conforme segue em anexo a lista de presença.</p>	
II. Pauta	
1. Audiência Pública prévia à licitação da concessão dos serviços de uso público do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas.	
III. Assuntos Abordados / Decisões tomadas	
<p>O Mestre de Cerimônia deu início à Audiência, saudou os presentes, esclareceu a agenda da solenidade e orientações sobre a participação do público nas etapas de manifestações orais e contribuições por escrito.</p> <p>A Prefeita do município de Rio Quente, Ana Paula Lima, iniciou a Audiência Pública agradecendo aos vários atores do projeto e sublinhando o valor da concessão para o município por propor implantação de uma alternativa adicional de visitantes e moradores do município acessarem diretamente ao parque. Ainda ressaltou o grande fluxo de turistas dos Parques Termais de Rio Quente como fator potencial para o sucesso da concessão.</p> <p>Em seguida, Mariana Lima Moura, Superintendente da Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Goiás, discorreu sobre as vantagens da concessão dos serviços de uso público do parque e da importância da participação cidadã na consulta pública.</p> <p>Após a superintendente, o Chefe de Departamento do BNDES, Robson Oliveira falou sobre a importância das concessões de parques estaduais para a promoção simultânea do ecoturismo e da conservação, num arranjo entre estado e setor privado para promoção de investimentos e melhores serviços de atendimento ao público destes destinos. Destacou o desafio de elaborar um modelo de contrato que seja efetivo em atender ao setor público, ao setor privado e à população. Por fim, reforçou a relevância da participação da população local na etapa da consulta pública para críticas e melhorias ao modelo de concessão apresentado.</p> <p>Na sequência, a gerente de projetos Letícia Magno do BNDES iniciou explicando que a proposta não é de privatização, mas, sim, da concessão dos serviços que estão voltados ao turismo, à visitação do parque e a gestão</p>	



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

das estruturas existentes, inclusive implantação e gestão de novos atrativos. A seguir, mostrou uma visão geral do Projeto, ressaltou que os estudos efetivados são referenciais, com objetivo de propor um modelo viável para as três partes citadas pelo Robson. Assim, apresentou os diversos investimentos previstos, serviços obrigatórios, bem como aspectos de governança e destaques das modelagens econômico-financeira e jurídica. Ainda destacou a relevância do percentual da receita do concessionário dedicada para macrotemas, ou seja, projetos dedicados a temas socioambientais ao entorno do projeto. Finalizou sua apresentação com uma versão resumida do cronograma do projeto.

Antes da abertura da sessão de perguntas e respostas, foi dada a palavra à prefeita Ana Paula de Rio Quente fez a primeira contribuição dirigindo-se à Mariana Lima da SEMAD/GO, como representante do governo do estado, reforçando a solicitação de que duplicação da via rodoviária de Caldas Novas seja até o centro do município de Rio Quente. A seguir, solicitou também ao governo estadual a implantação de uma ciclovia que conectasse o município de Caldas Novas até o município de Rio Quente, e, por fim, pediu que fosse considerada a mudança do nome do Parque Estadual da Serra de Caldas Novas para Parque Estadual de Águas Quentes. Após a prefeita, o Secretário Meio Ambiente do município de Rio Quente, André Severino Ferreira da Silva, que solicitou que os recursos destinados a macrotemas seja a apoio de projetos das áreas verdes do município de Rio Quente, em especial, nas APPs dentro das áreas de amortecimento do parque.

Na sequência, o público presente na Audiência foi convidado a se manifestar para a etapa de contribuições, na modalidade oral e/ou escrita. A dinâmica proposta foi a de que as respostas seriam feitas em seguida às questões de cada participante.

Gabriel Cury da Instituição Aviva, proprietário do Rio Quente resorts e Hot Park, perguntou i) se havia sido efetuado algum estudo de impacto ambiental para os investimentos previstos, com prazos associados; ii) se a demanda estimada em 60.000 pessoas/ano não estaria subdimensionada face aos cinco milhões de visitantes anuais em Caldas Novas; iii) se poderia haver teleférico em Caldas Novas, inclusive interligado com Rio Quente; e iv) se a estimativa e custo de implantação do teleférico obrigatório de Rio Quente, não estaria subdimensionada.

Robson Oliveira do BNDES, iniciou respondendo sobre a estimativa de demanda, indicando que, para este tipo de estudo, por questão de princípio, a abordagem é necessariamente conservadora e referencial. Com relação ao impacto ambiental decorrente de uma maior visitação, explicou que a gestão se dá através de um indicador de capacidade por atrativo, de metodologia do ICMBio nomeada NBV, cuja proposta para uso deve ser elaborada pelo concessionário e validada pelo poder concedente. Quanto às questões relativas ao teleférico, o valor de implementação do teleférico de Rio Quente, este ponto já havia sido levantado, e será reavaliado antes do lançamento do edital. Quanto à implantação do lado de Caldas Novas, esta deve ser avaliada sob a perspectiva de viabilidade técnica-econômica.

Mariana Lima, da SEMAD/GO, complementou informando que o Plano de Manejo do Parque, atualizado em 2022, já previa todos os investimentos previstos no projeto de concessão, portanto já estavam pré-autorizados para determinados locais. Maurício Tambellini, chefe do PESCAN, acrescentou que todas as atividades propostas eram consideradas de baixo impacto ambiental, mas que quando da apresentação do projeto executivo, aí sim o projeto poderia ser avaliado concretamente se caberiam alguns ajustes a serem realizados. Ao final, Robson apontou a importância de observar as orientações e restrições do documento “caderno de encargos”, o qual é anexo ao contrato e coloca uma série de regramentos quanto ao modo de prestação de serviços e realização dos investimentos ao longo do contrato.

O próximo participante foi Carlos Veríssimo, representante da Câmara Municipal de Caldas Novas, que questionou



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

as razões para a implantação de um teleférico ser obrigatório em Rio Quente e facultativo em Caldas Novas. Perguntou também se os 3% sobre as receitas reservados para macrotemas seriam somente aqueles advindos de serviços obrigatórios ou se seriam sobre quaisquer receitas auferidas pelo concessionário.

Robson Oliveira do BNDES, iniciou respondendo que o percentual de três por cento para macrotemas se aplica para todas as receitas auferidas pelo concessionário, e, para assegurar isso, pelo contrato ele é obrigado a criar uma sociedade de propósito específico, o que faz com que as receitas sejam mais bem rastreadas. Respondendo a outra questão, Mariana Lima da SEMAD/GO, acrescentou que os recursos destinados a macrotemas são para projetos socioambientais voltados para a comunidade e o entorno, em educação, pesquisa ambiental e temas correlatos. Mauricio Tambellini, chefe do PESCAN, explicou que a definição dos investimentos obrigatórios, ainda que seja um modelo referencial, impacta diretamente sobre o equilíbrio econômico-financeiro do projeto. Diante disso, a obrigatoriedade do teleférico pela face do PESCAN voltada para Rio Quente, decorreu da maior declividade por aquele lado, o que representa necessitar de metade da extensão do que seria pelo lado de Caldas Novas. Portanto, devido ao custo de implantação do teleférico ser o mais alto entre todos os investimentos, optar pela obrigatoriedade no outro lado, significaria arriscar em demasia a viabilidade econômica da concessão. Ademais, a notória beleza cênica de trajetos deste meio por Rio Quente ser mais um ponto relevante de sucesso desse investimento. Não obstante, o projeto permite que se o concessionário julgar procedente, ele possa construir outro teleférico a partir de Caldas Novas. Ainda acrescentou a possibilidade de inúmeros outros atrativos que o concessionário pode implantar, e que também podem beneficiar a população local.

A respeito do teleférico em Rio Quente, a prefeita Ana Paula, se manifestou acrescentando a importância de que, além da abertura de um portal, a implantação do teleférico naquele município é um importante vetor de diversificação de atrativos da cidade, a qual atualmente depende basicamente por causa do resort estabelecido lá.

Dando seguimento às perguntas, um participante que não se identificou questionou quais seriam os meses nos quais as cachoeiras ficam secas.

Mauricio Tambellini, chefe do PESCAN, destacou que o estado almeja que o principal atrativo do parque seja a visitação para reconhecimento dele como um geoparque, de uma formação singular que é responsável pela recarga de lençóis freáticos profundos, os quais são responsáveis pelo fenômeno de afloramento das águas termais. Quanto ao regime hídrico das cachoeiras, por se tratar de um parque localizado no bioma de cerrado, é natural que haja um período anual de agosto a setembro no qual as cachoeiras estarão secas. Portanto, visitantes que vão ao parque nessa época poderão explorar outros atrativos do parque, tais como mirantes, via ferrata, rapel, observação de aves e flora, entre tantos outros.

Terence Oriente, empresário, advogado, e integrante do Conselho Municipal de Turismo, perguntou primeiramente como seria feita a repartição de ISS e aplicação dos recursos de macrotemas entre os municípios. A seguir, perguntou quais seriam os critérios para a localização da implantação do portal de Rio Quente, pois pleiteou que ela fosse preferencialmente mais próxima do centro do município, como forma de oportunizar maior dinâmica para a comunidade dali.

Robson Oliveira do BNDES, explicou que salvo melhor juízo, o ISS será recolhido no município onde a SPE escolher se instalar. Quanto a aplicação dos recursos de projetos de macrotemas, isso se dará à medida que os projetos forem apresentados e aprovados pela governança do Parque, incluindo o poder concedente. Ou seja, de acordo com o projeto, podem ser num município ou outro.

André Severino Ferreira, Secretário de Meio Ambiente de Rio Quente, informou que, por lei, o recolhimento de ISS seria para o município onde estaria localizado o atrativo. Quanto à localização do portal no município haveria



ESTADO DE GOIÁS
SECRETARIA DE ESTADO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA

mobilização para que seja instalado próximo da comunidade, no centro do município.

Outro cidadão (tampouco identificado) se manifestou preocupado quanto ao estado das margens do Rio Quente após a extensão de três quilômetros da zona tampão, até o ponto de desagüe no Rio Piracanjuba. Daí reivindicou que fosse feito um projeto de recuperação do rio para o citado trecho degradado.

Em sequência, Galdino, Vereador de Rio Quente, chamou atenção para a necessidade de medidas que pudessem manter o nível dos lençóis freáticos da região. Para isso, sugeriu que deveria ter um projeto de macrotemas voltado para a preservação de nascentes através de educação ambiental para os proprietários dessas nascentes.

A mesa agradeceu pelas últimas duas contribuições.

Por fim, ao não haver mais perguntas ou contribuições por parte dos presentes, a prefeita e demais membros da banca de apresentação, agradecerem à presença de todos e contribuições realizadas, onde lembrou-se da possibilidade de serem feitas novas contribuições através de formulário eletrônicas na página da consulta pública no sítio eletrônico da SEMAD/GO. www.meioambiente.go.gov.br .